

A CRISE FRANCO-BRASILEIRA DE 1963

Arlindo Vianna Filho (*)

INTRODUÇÃO – O ESPECTRO DOS CONFLITOS

A análise com profundidade científica e a busca da exata compreensão das causas e conseqüências da Crise Político-estratégia entre França e Brasil, em 1963, exigem revisitar, preliminarmente, conceitos de Ciência Política, da Teoria dos Conflitos e da Estratégia e Manobra de Crises Internacionais.

Enunciar tais conceitos, mesmo que sucintamente, contribuem para a estruturação lógica do texto ensaístico deste “estudo de caso”.

No contexto dos fenômenos políticos, o relacionamento entre Nações caracteriza-se por equilíbrio instável em que equações sociais de diversas variáveis – políticas, estratégicas, culturais, psico-sociais, econômicas – geram lugares geométricos em que se chocam interesses particulares.

Assim, no complexo universo das relações internacionais, as Nações para manter, afirmar, conquistar ou restabelecer direito legítimo, assumido ou pretendido, manifestam intenções de cooperação ou desenvolvem atitudes antagônicas ou hostis. Eventual e historicamente, recorrem à violência, em suas diversas naturezas, para obter compromisso que consulte sua própria vontade, para isto buscando quebrar a vontade do partido oposto ou, mesmo, liquidá-la, em comportamento que julguem proporcional aos seus interesses.

Verifica-se, na História dos povos, que a busca de solução, ou compromisso, que atenda a interesses nacionais faz-se em um espectro de posições políticas que podem compreender de tentativas de negociação a atos de intimidação, de compulsão e, mesmo, de violência.

Correndo o risco das simplificações esquemáticas para, em especial, representar fenômenos sociais, pode-se assim ter uma visão do espectro

POSIÇÕES POLÍTICAS	NEGOCIAÇÃO	COMPULSÃO	AGRESSÃO
COMPORTAMENTO	TRANSAÇÃO CONVENCIMENTO	INTIMIDAÇÃO ATRIBUIÇÃO	SUJEIÇÃO DESTRUIÇÃO
AÇÕES	EQUILIBRAR CONVENCER	INTIMIDAR AMEAÇAR ATRITAR	SUJEITAR DESTRUIR
SITUAÇÕES	PAZ	CRISE	GUERRA

(*) O autor é Almirante-de-Esquadra, Doutor em Política e Estratégia Marítimas e Sócio Titular do IGHMB.

das relações internacionais:

À medida que, na busca do compromisso, a posição política evolui da negociação para intimidação e compulsão e desta para a violência, a força do argumento é substituída pelo argumento da força, a argumentação pela ameaça e a ameaça pela agressão.

No limite deste espectro ficam evidentes as situações de paz e os estados de guerra. Os comportamentos intermediários configuram estados de tensão, uma crise no sentido de sensível instabilidade ao relacionamento, um risco sempre presente de mudança rápida nos métodos das relações desencadeadas para atender interesses. Assim, em enfoque abrangente, CRISE é um estado de tensão, um tipo de conflito, na fronteira do emprego da violência, em que riscos assumidos geram oportunidades de alcançar objetivos ou salvaguardar interesses ameaçados.

Em síntese, nas Crises Político-estratégicas, como estados de tensão provocados, sempre estarão presentes dois fatores: riscos assumidos e oportunidade de realização da desejada solução. Decorre, como conclusão direta, que nas Crises internacionais os Estadistas estarão constantemente comparando o valor do interesse com as conseqüências das ações.

Com sua História e sabedoria milenares, os chineses usam ideograma de dois caracteres para crise: um correspondente a risco e o outro a sistema. Sistema de risco.

A crise internacional, como a

guerra, “nada mais é que a continuação das relações políticas com outros métodos”. É a continuação das relações políticas em ambiente de riscos provocados para gerar possibilidade de obtenção do resultado desejado.

A observação científica e a análise das inúmeras Crises têm sido objetos de generalizações e de teorização, constituindo um conjunto de conhecimentos acumulados de forma lógica, que apresentam um grau de racionalidade e que servem de base para explicar, interpretar e sistematizar o domínio lógico do fenômeno. Pode-se afirmar que existe, no nível de Ciência Política e de Saber Estratégico, uma Teoria de Crises.

Seguramente, a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), quando o Mundo viveu à beira de um conflito nuclear, foi o “caso” mais profunda e amplamente documentado e estudado, com contribuições significativas para consolidação da Teoria de Crises, Disciplina particular da Teoria dos Conflitos, da Polemologia.

Porém, em experiências da realidade brasileira será onde se poderão encontrar ensinamentos mais coerentes com nossa realidade de País Vencedor. Assim, da análise, por exemplo, da Crise Político-estratégica Franco-brasileira de 1963, será onde se pode colher, sem subordinação a modelos importados, ensinamentos para balizar a aplicação geral dos princípios da Estratégia e a Teoria de Crises aos cenários prospectivos e à formulação de políticas e concepções

estratégicas para realizar e manter nossos interesses nacionais maiores.

A História adverte que, no mundo contemporâneo, manter e conquistar interesses políticos dependentes do relacionamento internacional compreende o uso deliberado, e manobrado racionalmente, da ameaça do uso e do efetivo emprego da força, em suas diversas naturezas e dimensões, em decisão política de emprego de Estratégia de Crise.

Em outras palavras, a realização de vontades nacionais tem, com intensa frequência, motivado Crises Político-estratégicas. E há que atentar que a fronteira entre Crise e Guerra é tênue.

Para usar linguagem de entendimento comum, resumem-se, a seguir, alguns conceitos que são fundamentais para a análise proposta:

Conceitos Fundamentais:

Crise Internacional ou Crise Político-estratégica é entendida como uma forma de conflito, entre dois ou mais países, em que, por decisão política, o desenvolvimento proposital de uma situação de tensão visa a realizar objetivos políticos ou políticos estratégicos por meio da manipulação do risco de guerra, com comportamento, atitudes e ações que indicam ser a situação extrema compatível, indubitavelmente, com as razões maiores, quase sempre ocultas ou, pelo menos, não explicitamente declaradas. É fenômeno de natureza política, de elevada frequência no relacionamento internacional. Corresponde a comportamentos relacionais que vão do

desacordo à ameaça do uso da força e ao choque de violências. Inclui, necessariamente, a possibilidade de efetivação do risco latente de guerra.

Estratégia de Crise: intencionalidade de gerar ou agravar perturbação nas relações internacionais como forma de alcançar objetivos políticos e estratégicos importantes. A História registra Crises motivadas por busca de motivações externas para desviar a atenção de sociedade nacional de fracassos de política interna; nestes casos, correspondem, usualmente, a novos fracassos.

Manobra de Crises: aplicação racional e planejada de expressões do Poder nacional, em ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para buscar lograr solução de conflito que favoreça ou atenda interesses próprios. É uma intensa competição de riscos em que as fronteiras do relacionamento sofrem constantes e cuidadosas reavaliações, em ambiente de fortes tensões e exigüidade de tempo para o processo de decisão, dificultado por exigüidade de informações e complexidade de circunstâncias.

Os “estudos de caso” (metodologia aplicada com êxito nos estudos das “Ciências da Compreensão” mais que nas da “Certeza”) permitem identificar quatro fases no processo de desenvolvimento de Crises Internacionais, nas Manobras de Crises:

Desafio – ação inicial; explora, usualmente, vulnerabilidade do partido oposto. Ameaça, implícita ou explícita, ou efetivo emprego de uma

forma de força e violência, para intimidar, ameaçar ou atritar oponente e demonstrar intenção de atingir determinado objetivo político, nem sempre explícito de pronto;

Resistência ou reação – resposta ou réplica para neutralizar o desafio ou para obter a iniciativa das ações, colocando em teste a firmeza de atitudes do desafiante e demonstrando a própria; quase sempre utiliza expressão da mesma natureza usada no desafio;

Confrontação – ações e reações em ambiente de crescente complexidade e de incertezas, os partidos em busca de manter a iniciativa e evitar escalada involuntária, demonstrando que seus objetivos justificam as ações e suas conseqüências e que são compatíveis com medidas extremas;

Resultado final – solução de compromisso, negociação, compulsão, sujeição ou estado de guerra. Tende a conformar um cenário de concessões mútuas e equilíbrio de êxitos, porém não se pode afastar a ocorrência de resultado que seja a guerra.

CENÁRIO INTERNACIONAL PRÉ-CRISE

Seguramente uma visita retrospectiva aos acontecimentos da cena internacional no final da década de 50 e no início dos anos 60 do Século XX contribuirá para a compreensão de circunstâncias que envolvem o conflito, suas causas e conseqüências, deste estudo de caso.

No início da década de 1950, a Assembléia Geral das Nações Unidas, por 89 votos a zero, aprova resolução, proposta por 43 Estados asiáticos e africanos, sobre a concessão de independência às Nações coloniais, sobre o direito dos povos à autodeterminação.

Inspirado em Proclamação do Presidente Truman, o Presidente Marechal Dutra “integra ao território nacional brasileiro a plataforma submarina na parte correspondente ao nosso território (Decreto 28840/1950)”.

Em 1952, a Islândia sofre reação militar britânica ao ampliar para 4 (quatro) milhas marítimas a extensão de suas águas territoriais. Poucos anos depois, em 1958, a Islândia amplia para 12 (doze) milhas seu mar territorial.

Em abril de 1958, a Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto-mar estabelece direitos dos Estados costeiros sobre “as riquezas da plataforma continental”.

Em 1958, insurreição das forças francesas na Argélia provoca o colapso da Quarta República e o General De Gaulle reassume, com poderes ditatoriais, a Presidência da Quinta República da França.

Yuri Gagarin sobe “ao céu profundo” e vê a “Terra azul”.

João XXIII desperta a Igreja para sua função social ao divulgar a encíclica “Mater et Magistra” (1961).

China e Índia envolvem-se em conflito armado.

França realiza seus primeiros testes com armas nucleares, provando seu ingresso no "Clube Atômico".

Na Argentina, um golpe militar derruba Arturo Frondizi.

No Brasil, Quadros renuncia estranhamente. O governo cai nas mãos de seu Vice-Presidente, João Goulart e vive breve período de Parlamentarismo.

O comunismo tem metas prioritárias na América do Sul: a Guiana Britânica do Dr Cheddi Jagan, a Venezuela e o Brasil, por exemplo.

Cuba é excluída da OEA (Organização dos Estados Americanos).

A "Aliança para o Progresso" expressa a disposição norte-americana de evitar que outro Estado regional trilhe o caminho apontado por Cuba.

No início dos anos 60, a geração de um "equilíbrio nuclear" reduz a credibilidade do poder dissuasório norte-americano. Sugere aos soviéticos uma vulnerabilidade dos Estados Unidos da América e os anima a adotar comportamento político-estratégico de gerar tensões, provocadas com riscos assumíveis, para obter vantagens específicas, livrar-se de contenção e expandir ideologia marxista-leninista.

Então, o mundo bipolar viveu, estarecido e vulnerável, a manipulação do risco de uma guerra, de dimensões incontroláveis. Nos dois grandes partidos, estadistas e estrategistas usando armas de todas as naturezas, de efeitos irracionais que poderiam

fazer a "última guerra"...

1962. Estados Unidos da América ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas? Quem foi o vencedor da Crise dos Mísseis Soviéticos em Cuba?

São bastante relevantes os testemunhos dos dois Estadistas, Kennedy e Kruschev.

Segundo Kruschev, em tradução: "Venceu a causa da paz e segurança dos povos... Ambos os lados fizemos concessões. Retiramos os mísseis balísticos e as aeronaves de bombardeio. Isto satisfez os americanos. Mas ambos, a União Soviética e Cuba, tivemos satisfações: a invasão norte-americana em Cuba não se realizou; o bloqueio naval foi suspenso e a situação de Cuba voltou à normalidade".

Atente-se, de outro lado e em especial, para a visão de Kennedy, que se aproxima de máxima da Teoria de Crises:

"Creio que há uma lei de equilíbrio nessas disputas. Quando um lado está totalmente errado, acaba cedendo. Isto não significa que recuará quando julgar que está com a razão e estiver em jogo um interesse vital".

Antes do término da primeira metade da década de sessenta, Kennedy foi assassinado. Kruschev, destituído.

O mundo viveu e continuava vivendo tensões no relacionamento internacional, algumas crises evidentes, conflitos e interesses declarados, subjacentes e mal disfarçados.

Estariam as Nações em

permanente estado de conflito? A Paz não existe ou é, apenas, um pequeno intervalo para preparar-se para novo choque de interesses?

CENÁRIO CIRCUNSTANCIAL PRÉ-CRISE

Algumas Nações, postulando interesses que o mundo desenvolvido preferia e teimava não conhecer, adotam 200 (duzentas) milhas marítimas para a largura de seus mares territoriais. Chile e Peru, por exemplo.

O Brasil, desvinculado de parceiros de interesses efetivamente coincidentes, com diplomacia vacilante e tímida e falta de Estadistas clarividentes, mantinha-se com posição diplomática favorável e apenas 12 (doze) milhas de mar territorial e não havia aderido (como a França também não o fizera) à Convenção de Genebra de 1958 sobre as riquezas da plataforma continental dos países costeiros, que se constituía em Direito consuetudinário.

É mesmo forçoso reconhecer que diplomatas brasileiros, distantes de nossa realidade e enunciando uma “política exterior” divorciada dos interesses autenticamente nacionais (os diplomatas, na realidade não são os formuladores da Política Exterior, mas seus agentes) lamentavelmente mantinham “firme a defesa da tese de que deveria ser mantido o mar territorial de 12 milhas”.

Após pesca predatória no litoral francês e na costa africana, em 1962 barcos pesqueiros franceses passaram a pescar lagostas no litoral

brasileiro, transportá-las para Dakar e, de lá, para Paris.

O Ministro da Agricultura do Brasil, em fevereiro de 1962, acompanhou armadores de pesca brasileiros em audiência com o Presidente da República, quando informaram que empresas brasileiras de pesca, com base em Recife, estavam perdendo cerca de quatro milhões de dólares anuais com a pesca realizada pelos pesqueiros franceses.

Há registros que, de junho de 1962 a fevereiro de 1963, foram apresados, no litoral nordestino brasileiro, nove barcos pesqueiros franceses. Quando liberados e escoltados até o limite da plataforma continental foram, todos, em Nota de Advertência, esclarecidos que “a lagosta é recurso natural da plataforma continental e que estrangeiros só podem pescá-la com prévia licença especial”.

João Goulart, em audiência concedida ao Embaixador da França no Brasil, Jacques Baeyens, teria autorizado, temporariamente e sob determinadas condições, a pesca da lagosta no litoral brasileiro. Efetivamente, em Nota Oficial, de 20 de fevereiro de 1963, Exteriores que o Presidente da França se negara a recebê-lo em audiência sob a indelicadeza de justificar

“que não recebia representante de governo irresponsável e que levasse ao conhecimento de seu governo que havia determinado à Marinha francesa que desse toda a garantia necessária para que os pescadores bretões fizessem uso de

seu legítimo direito de pescar lagostas, como e aonde vinham fazendo”.

Por consenso, os Membros do Conselho de Segurança Nacional concluíram que os acontecimentos levavam a inevitável estado de conflito entre Brasil e França e que deveriam ser tomadas todas as medidas necessárias para a salvaguarda, a qualquer custo, da soberania nacional.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a 23 de fevereiro, divulga em declaração à Imprensa que “a decisão do Brasil de proibir a pesca da lagosta na plataforma continental brasileira por parte dos franceses será mantida, custe o que custar”.

O Ministro do Exército, Membro do Conselho de Segurança, declarou, em uníssono, “que considera uma precipitação do governo da França mandar ao Brasil um navio de guerra para proteger barcos lagosteiros” e conclui “que o fato tem aspectos graves, considerando-se, sobretudo, que o governo brasileiro dera um prazo relativamente dilatado para os barcos franceses concluírem sua ação e que está certo que o Governo do Brasil saberá defender nossos legítimos interesses, conduzindo a discussão do problema com a habitual serenidade”.

Na França, o Embaixador Alves de Souza vê-se na contingência de interromper almoço no “Tour d’Argent” para atender chamado do Secretário-Geral das Relações Exteriores da França, que o instruiu que solicitasse ao governo brasileiro

a imediata liberação dos pescadores e que não houvesse interferência na continuação da pesca. Vale observar que, tradicionalmente, na Diplomacia solicitações ao governo de país onde se tem representação é feita por meio do Embaixador nele credenciado.

Um 2º Secretário da Embaixada da França no Brasil, em nota para a Imprensa, declarou que “a atitude do governo brasileiro determina soluções de força e suas conseqüências são imprevisíveis”. Acrescentou que “o governo francês não deseja uma solução de força e, se assim o fez, como está noticiando a imprensa brasileira, é porque se esgotaram todas as possibilidades de conciliação e que a atitude violenta do Brasil criou um certo mal-estar e certa perturbação”, acrescentando que “os entendimentos agora estão parados, as conversações não têm mais sentido e a França não pode mais transigir”.

O governo da França, pelo menos aparentemente em defesa dos interesses de empresas pesqueiras (mais provavelmente, porém, para fixar posição contrária a soberanias sobre riquezas das plataformas continentais) iniciou intensa competição de riscos. O Brasil, em defesa de princípio maior, seus direitos soberanos, reagiu ao desafio com atitudes compostas de ações diplomáticas e, imediatamente, militares para obter a iniciativa das ações, testar a firmeza da manifestação desafiadora e defender seus direitos soberanos.

Brasil e França entravam em situação de conflito – Crise Internacional – na zona cinza entre Paz e Guerra. A firmeza nacional de defender interesses e soberania determinaria os limites de emprego de níveis de violência.

Manobra de Crise. A confrontação. Ações e reações – Às 01h00min do dia 24 de fevereiro, domingo de carnaval, suspende para o Nordeste a primeira Unidade-Tarefa (Contratorpedeiros PARANÁ e PERNAMBUCO) do Grupo-Tarefa 12.2. No Exame da Situação do Documento Operativo consta:

“...o governo brasileiro decidiu manter, a todo custo, a soberania nacional sobre sua plataforma continental”.

Logo ocorreu a primeira tentativa de interferência estrangeira no conflito. Às 02h30min do dia 24 de fevereiro, pouco menos de duas horas após o suspender dos primeiros navios do GT 12.2, o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), Almirante José Luiz da Silva Júnior, recebeu em audiência, a pedido, ao Adido Naval dos EUA, que alegara necessidade de tratar de assunto de extrema urgência e importância. Presenciou a audiência o Ajudante de Ordens do CEMA, que zelosamente registrou o diálogo:

O CEMA, com objetividade formal e distância devida, indagou ao Adido do motivo da solicitação de audiência em hora tão inusitada.

Com palavras evidentemente

preparadas, o Adido respondeu:

- O Senhor Embaixador dos Estados Unidos determinou-me informar a Vossa Excelência que recebeu ordem do Departamento do Estado para comunicar ao Comandante Militar da Marinha do Brasil que os dois contratorpedeiros que suspenderam do porto do RIO DE JANEIRO com destino ao Nordeste deveriam regressar imediatamente, porque a Lei do Senado americano, que concedeu o empréstimo desses navios, proíbe o uso dos mesmos contra qualquer aliado dos Estados Unidos da América.

A resposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, foi imediata e expressas com ritmo pausado e seguro:

- Peço ao Captain para solicitar ao Excelentíssimo Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América que comunique ao seu governo, em Washington, que inspirado nos fundamentos do Pan-americanismo, que tem como uma das principais fontes a Doutrina Monroe, formulada por um Presidente dos Estados Unidos há cento e quarenta anos, o Brasil cortou relações diplomáticas e, depois, manteve estado de beligerância com o Japão, em virtude de agressão ao território norte-americano com o ataque a Pearl Harbour. O Brasil honrou o seu compromisso assumido por ocasião da Conferência de Havana de 1940, onde se declarou que um ataque por um Estado não-americano contra qualquer Estado americano é considerado como um ataque contra todos os Estados americanos.

Sabemos que os Estados Unidos da América têm compromissos políticos e militares com a França em virtude do Tratado do Atlântico Norte, firmado em 1949. Entretanto, antes deste Tratado, os Estados Unidos da América, em 1947, nesta cidade do Rio de Janeiro, liderou a assinatura do Tratado Internacional de Aliança Recíproca (TIAR), que teve como propósito prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão a qualquer dos países da América, baseado nos princípios de solidariedade e cooperação interamericana. Assim sendo, configurando-se a agressão militar francesa, como anunciada em Paris, o Brasil espera que os Estados Unidos da América honrem seus compromissos, declarando guerra contra a França, como o Brasil honrou seus compromissos, declarando guerra contra os japoneses na Segunda Guerra Mundial, sem nunca ter sido agredido diretamente por eles. E concluiu: “Está dispensado” ... e pode retirar-se”.

A 25 de fevereiro, suspendeu do RIO DE JANEIRO o Contratorpedeiro GREENHALG e, no dia seguinte, o Cruzador BARROSO.

A 27 de fevereiro o Contratorpedeiro francês TARTU foi detectado por aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), em vôo de esclarecimento solicitado pela Marinha. No dia seguinte, a imprensa de RECIFE divulgou a fotografia do TARTU obtida por aeronave da FAB.

No dia seguinte, 28 de fevereiro, navios do GT 12.2 (PARANÁ e PARÁ, que completavam o

grupamento operativo) obtiveram contato visual com o Contratorpedeiro TARTU, em companhia de cinco lagosteiros.

Em RECIFE, o Comandante do IV Exército (General Castelo Branco) divulgou a todos os Comandos subordinados a descrição da situação e passou instruções especiais a todas as Unidades de Artilharia de Costa.

O Comandante da 10ª Região Militar, em FORTALEZA, afirmou, em entrevista, que o “Exército estava preparado para agir com todo o seu dispositivo bélico, em complemento às ações das demais Forças Armadas”.

As 23h00min horas do dia 28, o Submarino RIACHUELO e a Corveta IMPERIAL MARINHEIRO suspenderam do RIO DE JANEIRO com destino, respectivamente a RECIFE e NATAL.

O Submarino RIACHUELO levava a bordo torpedos sem a cabeça- de- combate. Era a clara evidência de despreparo material para eventualidades de emprego em guerra de nosso Poder Naval, limitado por visão míope de destinação de recursos orçamentários. Porém, enquanto o RIACHUELO navegava do RIO para o Nordeste, com dedicação, competência e patriotismo, que nunca faltaram às nossas Forças Armadas, técnicos da Marinha tratavam de adaptar cabeças-de-combate para serem enviadas a RECIFE e armar os torpedos.

Fatos relacionados com a atribuição de missão à Corveta IMPERIAL MARINHEIRO são

bem esclarecedores da disposição dos tripulantes de nossa Força Naval:

Cerca da 10h00min do dia 28 de fevereiro, o Comandante da Corveta IMPERIAL MARINHEIRO, Capitão-de-Corveta Paulo Nogueira PAMPLONA Corte Real, foi chamado ao Comando da Força de Submarinos, ao qual a Corveta estava subordinada. Duas horas depois regressou para bordo. Imediatamente determinou que se retirasse a prancha, que fossem, de pronto, lacrados os transmissores-rádio e desligado o cabo telefônico. Nenhum tripulante poderia mais baixar à terra. Reuniu a tripulação na popa, Oficiais e Praças, e de forma direta, clara e objetiva, informou:

-Suspendemos para o Nordeste em hora que será oportunamente comunicada. Em face da situação, estão suspensas todas as licenças; ninguém sai mais de bordo. O telefone está cortado; os transmissores-rádio estão lacrados. Ninguém pode comunicar-se, por qualquer meio, com o exterior. No Teatro de Operações, atuaremos como um navio de apoio logístico, que somos, e estaremos prontos para cumprir eventuais tarefas específicas em caso de confronto naval. Porém, mesmo como navio de apoio logístico de pequeno poder combatente, na presença do inimigo não hesitarei, se preciso for, em dar minha própria vida e exigir a de cada um dos senhores.

Manter o navio pronto para suspender. As suas incumbências.

Às 23h00min a Corveta IMPERIAL MARINHEIRO suspen-

deu e somente no litoral da Bahia soubemos de nosso destino inicial, NATAL.

No litoral nordestino, os navios da Esquadra mantinham, continuamente, acompanhamento do Contratorpedeiro TARTU, que se mantinha em companhia dos barcos pesqueiros.

A PETROBRAS, atendendo solicitação da Marinha, coloca à disposição seus navios-petroleiros para abastecer, no Nordeste, os navios da Esquadra com combustível fabricado na refinaria de DUQUE DE CAXIAS, RIO DE JANEIRO.

A Rede de Escuta de Alta-freqüência da Marinha detecta sinais de alta-freqüência emitidos, em potência pouco usual, por navios da Esquadra francesa que estariam fazendo "exercícios de rotina" ao largo de DACAR, "por necessidade de reabastecimento".

Paralelamente, enquanto a firme intenção de defender posição soberana do BRASIL é demonstrada pela Força Naval, ações em campos de diferentes naturezas contribuíam para a realização dos interesses nacionais ameaçados.

No campo diplomático, as notas e declarações francesas são mais incisivas que as brasileiras. Assim, por exemplo, enquanto o 2º Secretário da Embaixada da França no Brasil declarou, a 23 de fevereiro, que "...esgotadas todas as possibilidades de negociação, as conversações não têm mais sentido", em nota oficial o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a 27 de fevereiro, reconhecia

que embora “o TARTU esteja, sem dúvida, fora de nossas águas territoriais (aproximadamente a 90 milhas marítimas da costa brasileira), tal presença deste navio tão próximo do litoral brasileiro não pode ser considerada normal e impede a retomada de negociações a que o Governo nunca se negou. Somente a retirada do navio será capaz de restabelecer o clima de normalidade indispensável ao imediato reinício dos entendimentos”.

Esta nota oficial não classifica como demonstração bélica (diplomacia de canhoneira) e como ameaça latente a presença de navio de guerra em nosso litoral com a finalidade declarada de proteger a atividade de navios-pesqueiros; a vê como fora de nossas águas territoriais e não a identifica como oposição armada a direitos sobre bens da plataforma marítima brasileira. Também admite a retomada de entendimentos e negociações sobre direitos soberanos.

Mais tarde, em 1979, o Embaixador Carlos Alves de Souza, Embaixador do Brasil na França em 1963, afirmou em livro que “sempre achei que a França estava coberta de razões. Chega a se atribuir a frase “*Le Brésil n’est pas un pays sérieux*”, que teria dito em diálogo com o jornalista Luiz Edgard, correspondente, na época, do jornal O Globo, em Paris. Segundo ainda Alves de Souza, no mesmo livro, “o General De Gaulle, homem difícil, porém muito educado, ele, por sua formação e temperamento, não pronunciaria frase tão francamente

inamistosa em relação ao país do Chefe da missão que ele mandara chamar”. Deve-se observar que francamente inamistoso foi o emprego de meio naval de guerra para respaldar interesses empresariais duvidosos... Há uma versão, por outro lado, que De Gaulle, ao conhecer caricaturas brasileiras e manifestações populares em eventos carnavalescos, teria observado que “isto não é sério”.

No campo dos argumentos para mudar focos de discussão, a França levanta que a lagosta, por nadar, não teria habitat na plataforma continental e, em conseqüência, não seria um bem da plataforma continental marítima. Evidentemente era uma “distração” sobre o tema principal e primordial: direitos soberanos e, portanto, inegociáveis. No Brasil, com competência científica, afirmou-se, logo, que as lagostas deslocam-se por movimentos semelhantes a saltos no meio líquido; de forma conclusiva e irônica, que se a lagosta nadava, por analogia, o canguru era peixe, pois voava...

A opinião pública internacional. Em Crises Político-estratégicas, os partidos em confronto procuram obter apoio da opinião pública internacional, em paralelo, suas posições e ações são por ela influenciadas. Na imprensa internacional e na dos dois países em conflito encontram-se elementos para avaliar a opinião pública internacional.

Na Alemanha, o semanário “VORWÄTS” publicou editorial do qual se transcreve trechos: “É importante salientar que uma

Conferência sobre o Direito Marítimo das Nações Unidas promulgou, em 1958, uma Convenção sobre o direito às riquezas da chamada plataforma continental... Pertencem às riquezas protegidas contra a exploração de outros países todos os minerais e seres vivo, que habitam a superfície da plataforma continental”. E mais adiante: “Se as lagostas são animais sedentários ou não, isto é, se a Convenção se aplica a elas ou não, é coisa a ser esclarecida mediante parecer imparcial de técnicos em biologia oceanográfica. Porém, ampliar o caso pelo envio de um navio de guerra é caso único, digno de um general, é verdade, mas vergonhoso para um estadista”.

Mesmo em França, um comentarista internacional do jornal “L’Aurore” reconhecia e publicou, com claro uso de conhecimentos de saber político e estratégico:

“...a presença do TARTU em frente a RECIFE é uma indiscutível manobra de pressão, não sendo compreensível a atitude do. Governo Francês. O Brasil está certo ao proteger as lagostas de seu litoral e negar-se a discutir sobre pressão. Acrescenta, ainda que “apesar dos desmentidos de ontem (28 de fevereiro) concernente ao envio da Esquadra estacionada em DACAR, não deixa de ser certo que um de nossos navios de guerra, o TARTU, se encontra em frente do RECIFE. Isto é uma indiscutível manobra de pressão, e o Governo brasileiro está perfeitamente fundamentado quando

se nega a negociar sob ameaça. Quando os responsáveis de PARIS se comportam assim com um Estado a favor do Ocidente, não se compreende. Tanto mais que a nossa posição jurídica parece, se não errada, discutível. O Brasil tem o direito de proteger as lagostas de seu litoral – os crustáceos não são nômades, mas sedentários – contra os pescadores estrangeiros. “E se, como se anuncia ali, o Brasil levar o litígio ante o Areópago Internacional, a sentença lhe dará razão...” e encerra com uma pergunta: “Não compreendem nossos dirigentes que, em todas as Repúblicas sul-americanas, muito sensíveis em matéria da soberania nacional, a opinião pública se indigna de ver a França usar, para uma causa tão pequena, um meio de tão grande pressão?”.

A imprensa italiana deu considerável espaço ao conflito. São trechos e manchetes dos jornais italianos:

“Relazioni tese tra Francia e Brasile per la disputa delle aragoste” (23 de fevereiro); “De Gaulle ha inviato un ‘unità della marina militare in aiuto di sei pescherecci francesi operanti sulle coste del Brasile. Una nave e aerei militar brasiliani li stanno ricercando” (25 de fevereiro); “Marina brasiliana decisa a respingere la flotta francese” (01 de março); “La Francia è pronta a richiamare le sue navi” (03 de março); “Terminata la guerra delle aragoste: i bretoni lasciano le coste del Brasile” (11 de março),. “Ritirata dei francesi nella

guerra delle aragoste” (11 de março).

Como sempre acontece em situações de conflitos internacionais, na imprensa brasileira aparecem articulistas que se assumem “estrategistas”, se autoproclamam “analistas militares”, embora sem conhecimentos profundos de Ciência Política, de Estratégia e, porque não dizer, sem visão e sem compromisso com os reais interesses nacionais (seria demais pedir que demonstrem patriotismo, uma vez que é tido por eles como parcialidade inaceitável).

Assim é que, em artigo assinado, divulgado na “Tribuna da Imprensa”, em “análise” que as Ciências e a História demonstram desprovida de imparcialidade e de fundamentos político-estratégicos, pelo menos, encontrou-se:

“Os dois grandes assuntos do dia continuam a ser: a imbecialíssima (sic) guerra da lagosta e a viagem (adiada) do Sr. Santiago Dantas aos EUA”. Segue-se uma série de perguntas formuladas pelo articulista e para as quais parece que não tinha respostas. Demonstra desconhecer a Teoria dos Conflitos e suas aplicações em Manobras de Crises (tão claras para qualquer analista que tivesse acompanhado a, então recente, Crise dos Mísseis em Cuba). Chega a afirmar que a divergência (para o Brasil de soberania respaldada em Convenção Internacional) devia “configurar problema nos estritos termos de uma conveniente limitação”. (? !)

De forma geral, interessados em publicar fatos, setores da imprensa

carioca usaram, por exemplo, as manchetes seguintes: “Estado de hostilidade entre o Brasil e a França” (O Globo, 28fev1963); “Goulart adverte a De Gaulle: Mande navio de guerra voltar se quiser acordo com o Brasil” (Diário de Notícias, 28fev1963); “Continua o TARTU na mesma posição: foi fotografado por um avião da FAB” (O Globo, 01mar1963); “Marinha vigia o vaso francês em alto-mar” (Última Hora, 01mar1963); “Esperança em Washington de que o Brasil e a França cheguem a um acordo pela via diplomática” (O Jornal, 01mar1963); “Senador francês contra posição de De Gaulle” (O Globo, 01mar1963). Na imprensa de RECIFE houve divulgação de reunião promovida pela União dos Estudantes de Pernambuco para firmar posição sobre a pesca da lagosta em nosso litoral. A reunião terminou com passeata pelas ruas de RECIFE e protestos em frente ao Consulado Francês contra a agressão aos direitos soberanos brasileiros.

Manobra de Crise. A desescalada francesa. O resultado final. Defendendo interesse menor declarado, com dificuldade prática militar-naval e logística de manter uma campanha prolongada do outro lado do Atlântico e de engajar-se em uma guerra por razões discutíveis, pelo menos, pela opinião internacional por envolver direitos soberanos, a França dá o primeiro sinal de curvar-se à firme posição brasileira: A 1º de março, o

primeiro sinal de que a França, certamente em face da reação brasileira, iniciava comportamento de distensão: correspondente de jornal brasileiro em Paris publica que “círculos ligados ao governo francês admitem a retirada do TARTU.

Efetivamente, a Fragata PAUL GOFFENY, um antigo e mal armado navio-auxiliar francês, navegava em rumos que o levavam a encontro com o Contratorpedeiro TARTU, plotada constantemente pela rede radiogoniométrica brasileira. Confirmava-se a substituição do TARTU por “motivos logísticos”. Efetivamente, a 2 de março, o Contratorpedeiro TARTU assume rumo de regresso; mantém-se a Fragata PAUL GOFFENY com os pesqueiros franceses, sempre sombreados por contratorpedeiros e aeronaves brasileiros, certificando-se de que se mantinham afastados de nosso litoral e sem realizar atividades de pesca.

Finalmente, a 03 de março de 1963, a desescalada: a Fragata PAUL GOFFENY e os lagosteiros se afastam do Atol das Rocas e, rumo leste, assumem retirada.

Brasil ou França? Qual foi o vencedor da Crise Político-estratégica de 1963?

Os fatos que se seguiram esclarecem, com clareza, quem foi o vencedor.

João Goulart, em 1964, evade-se para o Uruguai, cedendo à manifestação cívico-social que frustrou meta do comunismo internacional.

O Governo Castelo Branco, em

1966, amplia o mar territorial do Brasil para seis milhas. No ano seguinte, o Poder Executivo encaminha Mensagem (353/67) à Câmara de Deputados, na qual solicita a aprovação do texto das Convenções de Genebra relativas ao Mar Territorial, Alto-mar, Pesca e Conservação dos Recursos vivos do Alto-mar e Plataforma Continental.

O General De Gaulle, em 1969, renuncia à Presidência da França e é substituído por George Pompidou.

Neste mesmo ano, o Presidente Costa e Silva amplia o mar territorial para 12 milhas (Decreto 553/1969). Em seguida, a Emenda Constitucional nº 1 dispõe sobre a plataforma continental e mar territorial (itens III e VI do Artigo 4º) de forma coerente com a Convenção de Genebra.

Logo após, em 1970, o Governo Médici amplia o mar territorial para 200 milhas (Decreto-Lei 1098), coerente com países sul-americanos.

Em 04 de janeiro de 1993, pela Lei 8617, no Governo Itamar foram fixados: mar territorial de 12 milhas a partir da costa, zona contígua das 12 milhas do mar territorial até 24 milhas, zona econômica exclusiva das 12 até 200 milhas e plataforma continental compreendendo o leito do mar e o subsolo em toda a extensão do território até o bordo exterior da margem continental ou até 200 milhas, o que for maior.

Este ato soberano brasileiro antecipou os termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convenção de Montego Bay),

que, com decisiva participação do Brasil, viria a ser aprovada e posta para assinatura em 16 de novembro de 1994.

Realizaram-se os justos interesses brasileiros e atendera-se a autêntica vontade nacional.

AS LIÇÕES DA HISTÓRIA

Análise e avaliação de erros e acertos dos atores.

É preocupação da História o estudo das causas, razões e conseqüências dos fenômenos e fatos político-sociais.

Aos Políticos e aos Estrategistas interessam, particularmente, a análise e a avaliação dos erros e acertos que conduzem Nações a fracassos ou a vitórias, para poder fugir dos responsáveis pelas derrotas e inspirar-se nos motivadores dos êxitos.

A partir desta síntese de fatos da Crise Internacional que envolveu Brasil e França, em 1963, podem-se correlacionar as características do fato político-estratégico com as enunciadas em propostas de teorização consolidadas no nível de Teoria, pelo grau de generalização e pela sistematização do domínio lógico do fenômeno. Isto corresponde, de alguma forma, a contribuir para o reforço dos enunciados dos conceitos e princípios da Teoria de Crises.

Em 1963, uma negociação entre duas Nações sobre interesses particulares viu-se, propositalmente, transformada em uma situação de conflito. Os partidos envolvidos procuraram gerar a possibilidade de realizar objetivos políticos ou político-

estratégicos por meio da manipulação do risco de uma guerra, que se mostrou para um dos lados como proporcional a seus objetivos maiores.

Parece crível que as razões maiores de De Gaulle estavam ocultas, pelo menos não explicitamente declaradas. Pode-se, até, concluir que estariam diretamente relacionadas com posição contrária a direitos soberanos de países costeiros sobre bens da plataforma continental marítima.

O Brasil, desde logo, indicou que a situação extrema, a guerra, era compatível com suas razões, direitos de soberania, portanto direitos inegociáveis.

Eis que provocar uma Crise Internacional, e manobrá-la, constitui um jogo de riscos real de guerra, que deve ser cuidadosamente planejado e realizado com ações ponderadamente estabelecidas e executadas. Há que se fazer crer, sempre, que as motivações, mesmo que ocultas ou não claramente declaradas, são de tal valor que justificam os riscos envolvidos e posições extremas são compatíveis com a gravidade do conflito. As decisões políticas e estratégicas praticadas devem merecer crédito de corresponder a justo balanço entre suas conseqüências e o valor do interesse disputado.

No desenrolar da Manobra de Crise, os acontecimentos se sucedem rapidamente e as pressões exercidas pelos partidos em confronto aumentam as dificuldades do processo de tomada de decisão. A

demonstração de intenção de escalar o nível de violência funciona, ao mesmo tempo, para testar a firmeza do adversário e para, na efetiva escalada, aproveitar momento propício para uma pressão irresistível. No desenvolvimento da Manobra de Crise, surgem declarações, explícitas mesmo que sem muita veemência, por vezes apoiadas até mesmo por atores paralelos, da disposição de escalar os degraus da violência.

Na escalada, a força do argumento passa a se substituída pelo argumento da força. Atitudes políticas e diplomáticas descorteses, comunicados formais, enrijecimento de posições tornando difícil ao antagonista crer em possibilidade de recuo. Mobilização significativa, exibição de força indicando que os níveis da hostilidade bélica podem ser atingidos.

A aplicação, por multidisciplinar, das expressões do Poder Nacional para fazer frente a Crises Internacionais exige um perfeito conhecimento das características dos elementos componentes de cada expressão e a compreensão exata de todas suas singularidades, dimensões e valor. Tais conhecimentos multidisciplinares e especializados recomendam, por si só, a instituição de um Conselho ou Gabinete de Crise, no mais alto nível político-estratégico.

Na França, onde o General De Gaulle tinha o hábito de misturar sua personalidade com a do próprio país, não há referência que tenha se constituído, formalmente, um Gabinete

de Crise.

O General De Gaulle, em defesa de interesses empresariais, razão declarada de sua decisão de provocar Crise político-estratégica, ou talvez para contestar direitos que gradualmente estavam em processo de reconhecimento como da soberania de países litorâneos, utilizou expressão do Poder Naval para, em típica “diplomacia de canhoneira”, intimidar e ameaçar. Em que pese seu valor como Estadista e Estrategista terrestre, De Gaulle, além de estimar mal a vontade nacional brasileira, demonstrou vulnerabilidades em seus conhecimentos de Estratégia e Logística Navais.

No Brasil, onde o Presidente não era exatamente um Estadista, além de uma reunião decisiva do Conselho de Segurança Nacional, a Marinha assumiu praticamente o controle das ações que corresponderam a demonstrar a intenção firme de escalar nos riscos assumidos. É que estava em jogo interesse da soberania nacional e a Marinha, ao identificá-lo, assumiu a representação da vontade nacional de fazê-lo respeitar, “a qualquer custo”.

Constata-se, ainda, pela observação dos fatos, que, na França, a Estratégia e a Manobra da Crise tiveram decisões emanadas do mais alto nível do Poder. No Brasil, o Presidente “Jango considerava o assunto sem importância” (Carlos Alves de Souza em “Um Embaixador em Tempo de Crise”, Rio de Janeiro, 1979, página 315) e setores diplomáticos julgavam que “a França

estava coberta de razões e o incidente tinha sido envenenado pela imprensa brasileira” (obra citada, página 316). Porém, as Forças Armadas brasileiras, em especial a Marinha pelo cenário marítimo das ações, mantiveram-se firmes na defesa da vontade nacional, identificada com clarividência. Efetivamente, as Forças Armadas representaram e exerceram o mais alto nível Político nacional.

Assim, o Brasil, mais pelo saber político e estratégico de sua Marinha, tornou logo claro (apesar de viver um governo tíbio e vacilante) que defendia interesse vital, sua soberania sobre direitos inalienáveis. A movimentação de sua força naval foi demonstração cabal e decisiva.

O PODER NAVAL NA ESTRATÉGIA E NA MANOBRA DE CRISES

O cenário marítimo da controvérsia na fronteira do conflito bélico iminente evidenciou, natural e logicamente, o Poder Naval como a expressão com as mais amplas condições de ser o mais eficaz instrumento de força para definir a situação de conflito em atendimento ao objetivo nacional.

Ressalta, no presente “estudo de caso”, o papel da força naval.

Revisitar, pois, algumas das características dos meios navais possibilita, em avaliação das ações dos partidos em conflito, concluir-se sobre os erros e acertos, lições para, no presente e no futuro, evitar-se aqueles e assegurar-se de condições que fazem os êxitos das Sociedades nacionais

dependentes do uso dos mares.

Dentre outras, observa-se na Crise Franco-brasileira a exploração das características de flexibilidade, versatilidade, mobilidade, prontidão operacional e de representatividade dos meios navais.

As Forças Navais podem ser organizadas em grupamentos operativos de diferentes valores de poder combatente (flexibilidade) e para atender a tarefas distintas (versatilidade). Em situações de conflito, uma unidade naval ou um grupamento (Elemento-tarefa, Unidade-tarefa, Grupamento-tarefa ou Força-tarefa), de poder combatente determinado profissionalmente, pode realizar, por exemplo, ações de presença, operações especiais, aeronavais, de submarinos e anfíbias, demonstração naval dissuasória, batalhas decisivas, interposição ou bloqueio naval seletivo ou total.

A França decidiu, inicialmente, “apoiar” atividade de barcos pesqueiros com uma unidade naval moderna e bem armada, ação típica de “diplomacia de canhoneira”, mantendo-se na zona cinza do Direito Internacional quanto à definição de ação de guerra. Posteriormente, para desescalar, utilizou-se da versatilidade dos meios navais e substituiu o contra torpedeiro por um navio-auxiliar. Durante toda a atuação, manteve em DACAR, em “exercícios de rotina”, parcela significativa de sua Esquadra. (com indiscrição de transmissões rádio provavelmente proposital para indicar capacidade de escalar).

O Brasil deslocou praticamente toda sua Esquadra para o Teatro de Operações, em demonstração clara que estava disposto a defender firmemente direitos inegociáveis, cônica a Marinha das dificuldades logísticas e de ordem de Política Internacional que teria a França para manter sua posição deste lado do ATLÂNTICO, em que pese seu superior poder combatente naval.

A mobilidade das Forças Navais, permitindo a seus meios deslocarem-se em velocidade planejada e alterável com a evolução da situação, possibilitou à França trazer demonstração de sua vontade em área distante de seu território no momento julgado oportuno. Paralelamente, a capacidade de operar e de fazer sentir toda a força de seu simbolismo em ambiente internacionalizado, possibilitou que a França buscasse intimidar com clara ameaça ao partido oposto, mantendo Força Naval e unidades isoladas prontas a agirem, porém em águas internacionais, pelo menos até a ocasião oportuna. Falhou, porém, na avaliação da capacidade de permanência na cena distante.

Utilizou-se, a França, da representatividade (ou simbolismo) de um navio de guerra, histórica e de fato representante da vontade, das intenções e dos compromissos nacionais, do vigor que inspira a imagem da Bandeira que navega em seu mastro. A Esquadra brasileira deixou claro, desde q primeiro momento, que representava a histórica decisão de “manter, a qualquer custo,

a soberania nacional sobre a plataforma continental marítima”.

O axioma “o Poder Naval não se improvisa” e a máxima análoga enunciada por Rio Branco, “navios e marinheiros não se improvisam, e u’a Nação, como a brasileira, com tão vasta extensão de costas e tão grandes rios internacionais, precisa esta seriamente aparelhada para a pronta defesa de suas comunicações marítimas e fluviais, de seus portos e comércio”, correspondem a uma condição basilar que, afirmam os Estrategistas Navais, deve ser sempre atendida pelas Forças Navais: a prontidão operacional. Neste sentido, garantir disponibilidade de desencadear prontamente ações navais ou reações que se impuserem corresponde a dispor – mesmo quando ameaças externas não são perceptíveis, prováveis, evidentes, imediatas, previsíveis – de Força Naval que assegure condições de evitar, dissuadir, conter ou, pelo menos, inibir ou adiar manifestações de força que busquem atingir ideal de desenvolvimento, em sistema de cooperação internacional e respeito mútuo entre as Nações.

No mundo atual, em que assimetrias e apetites de toda natureza não afastaram da Sociedade das Nações o espectro dos conflitos armados, não há espaço para conceitos de “marinha-escola” ou “marinha-núcleo” e para improvisações. Para manter a Paz, dissuadir atitudes hostis, responder a ameaças, impor retaliações, enfim para manter a

soberania nacional, as Nações que dependem do uso dos mares têm que ter “força naval pronta”.

Embora Estrategistas Navais brasileiros estejam sempre a alertar, governos republicanos, com visão míope, têm negligenciado em suas responsabilidades de adequadamente aparelhar nossas Forças Armadas que, mesmo assim, em seus limites, não têm faltado aos seus deveres para com a defesa da Pátria.

Há quem, com justa dor, reconhece que políticos somente se lembram de Deus e das Forças Armadas, dos seus marinheiros, soldados e aviadores, quando em situação de perigo.

Sem recursos orçamentários compatíveis com suas responsabilidades, em 1963 a Marinha do Brasil não dispunha de meios atuais, comparáveis aos franceses, não tinha munição de artilharia suficiente para uma campanha naval e seus submarinos não tinham torpedos prontos para combate. Não dispunha de meios aéreos para a defesa aérea de força naval e para ataque a alvos de superfície. Vale destacar neste quadro negativo o elevado nível profissional das tripulações brasileiras e dos técnicos em bases e Arsenal, que contribuía e contribuem sempre, com dedicação patriótica, para a manutenção dos meios navais em estado operacional possível de ser atingido com a penúria de recursos financeiros e materiais.

CONCLUSÕES

A História adverte e a Lógica recomenda que há um imperioso sentido prático em manter as Forças Armadas em condições de fazer frente a situações de conflito, da tensão à Crise e à Guerra. As intenções pacíficas de u’a Nação são coerentes com a organização da defesa de seus interesses legítimos, de sua soberania.

Sem dúvida, o cenário mundial apresenta possibilidades de lógico aproveitamento de complementaridades e sugere a imprescindibilidade do desenvolvimento harmônico das Nações. Porém, a comunidade sócio-política internacional é um sistema em que assimetrias sociais e econômicas, raciais, ideológicas e religiosas, vis-à-vis com apetites egocêntricos e hegemônicos, são causas de profundas e freqüentes instabilidades entre Nações em cenários onde intransigências na defesa de discutíveis e egoístas interesses particulares induzem decisões desagregadoras, originadas até mesmo nos mais evidentes parceiros.

Na atualidade, observa-se, com elevada freqüência, que para manter ou conquistar objetivos que compreendem interesses comuns, a natureza das relações internacionais tendem ao espectro dos conflitos e os tipos mais intensamente utilizados incluem o uso deliberado, controlado até certos limites, da ameaça do uso e da efetiva aplicação da força e da violência, em suas diversas naturezas.

Nesta realidade, um Poder Naval adequadamente preparado e

bem aplicado, por suas características intrínsecas e com efetividade que inspire credibilidade aliada à vontade política de aplicá-lo, pode e tem evitado que vontades externas antagônicas envolvam a Nação em conflito, ou pode, com ímpares vantagens estratégicas e bélicas, contribuir decisivamente para solução de compromisso que consulte a vontade nacional.

BIBLIOGRAFIA

1. BORBA, Raymundo. La crisis de los misiles cubanos. Anotações em Curso na Escola de Negócios de Valparaíso e na Academia de Guerra Naval. Chile, Valparaíso, 1985.

2. CARVALHEDO, Augusto César da Silveira. Estratégia de Crises. Estudos e apontamentos no Cours Superieur Interarmées. Paris, 1980.

3. CARVALHO, Virgílio. Lições de Estratégia. Instituto Superior Naval de Guerra. Lisboa, jul 1980.

4. DABUL, Amaury. Guerra da Lagosta, a busca da verdade histórica. Revistas do Clube Naval (nº 294) e Segurança e Desenvolvimento, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1994.

5. ESCOLA DE GUERRA NAVAL. Trabalhos em Grupo do Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro. 1981, 1982, 1983, 1990 e 1991.

6. KAHN, Hermann. A Escalada. / Trad. Edilson Alkimin/. Rio de Janeiro, Bloch, 1969.

7. LUSITANO, José Carlos da Rosa. A Política, a Estratégia e a Manobra de Crises. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1981.

8. MOREIRA DA SILVA, Oscar. A Guerra da Lagosta vista por um Tenente 40 anos após. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, 1º trimestre de 2004.

9. SOUZA, Carlos Alves de. Um Embaixador em Tempo de Crise. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979.

10. VIANNA FILHO, Arlindo. Estratégia e Manobra de Crises Internacionais. Brasília, EMA. 1987.

11. Estratégia Naval Brasileira. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1995.

12. Os Mísseis em Cuba e a Estratégia de Crises. Rio de Janeiro. Revista Marítima Brasileira.

13 WATKINS, Admiral James D. The Maritime Strategy.

14 WILLIAMS, Phil. Crisis Management. Theories and Policies. New York, Holmes & Meier, 1975.